


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
5ª VARA CÍVEL
RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970
Horário de Atendimento ao Público: das Horário de Atendimento ao Público<< Campo excluído do banco de dados >>
SENTENÇA

Processo Digital nº: **1000717-24.2015.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Embargos À Execução - Obrigação de Fazer / Não Fazer**
 Embargante: **LATINA ELETRODOMESTICOS S/A e outros**
 Embargado: **BANCO VOTORANTIM S/A**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Vilson Palaro Júnior**

Vistos.

LATINA ELETRODOMESTICOS S/A, JOSE PAULO ALEIXO COLI, VALDEMIR GOMES DANTAS, qualificado(s) na inicial, ajuizou(aram) ação de Embargos À Execução em face de BANCO VOTORANTIM S/A, também qualificado, alegando que a planilha de débito de fls. 30 não estaria a traduzir a dívida com a necessária certeza, tratando-se de documento incompreensível notadamente quanto à aplicação e exclusão dos juros, o implicaria em nulidade da execução, além do que haveria cobrança indevida de R\$ 56.196,94 já quitados, com o que, descontado esse pagamento do valor total das cédulas, R\$ 165.168,86, restaria um saldo de R\$ 108.971,92 para pagamento, não obstante o que o embargado executa a quantia de R\$ 120.272,11, com acréscimo de R\$ 11.300,19, faltando liquidez ao título executado, com o que conclui pela procedência dos presentes Embargos.

O embargado respondeu sustentando que cédula em execução é título líquido, certo e exigível, autorizando o uso da via executiva para sua satisfação, inclusive porque o pedido se acha instruído com o demonstrativo de liquidação da dívida, no qual indicada a evolução discriminada de todo o saldo devedor, em colunas específicas para os valores devidos, sempre mencionado o valor do principal e o valor dos encargos de mora exigidos no montante total e o valor da multa moratória, além dos valores de liquidação das parcelas e aqueles pagos a título de amortização parcial do débito, trazendo, portanto, a especificação de todos os valores cobrados para o cômputo do débito em exação, de modo a concluir não haja excesso algum a recomendar o expurgo de quaisquer valores, conforme poderia ser verificado por simples operação aritmética, e porque os embargantes não negam a existência do débito, apenas discutindo a legalidade dos encargos, deveriam ter pelo menos depositado o valor incontroverso, vencido e não pago equivalente aos tais R\$ 108.971,92, nos termos do que determina o parágrafo quinto do artigo 739-A do Código de Processo Civil, concluindo pela improcedência dos embargos.

É o relatório.

Decido.

Tem razão o banco embargado, pois como pode ser lido e conferido às fls. 30 dos autos da execução, aquele pleito acha-se instruído com memória discriminada de liquidação, na qual incluídos os valores vencidos, os pagamentos parciais e os encargos moratórios aplicados para se alcançar o saldo executado.

A alegação de que existiriam valores quitados, cujo desconto frente ao valor total das cédulas, R\$ 165.168,86, implicaria num saldo de R\$ 108.971,92 para pagamento, demanda



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

5ª VARA CÍVEL

RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970

Horário de Atendimento ao Público: das Horário de Atendimento ao Público<< Campo excluído do banco de dados >>

comprovação mediante memória de cálculo discriminado, aliás, a propósito do que determina o §5º do art. 739-A, do Código de Processo Civil, assim redigido: *“Quando o excesso de execução for fundamento dos embargos, o embargante deverá declarar na petição inicial o valor que entende correto, apresentando memória do cálculo, sob pena de rejeição liminar dos embargos ou de não conhecimento desse fundamento”*.

Não há, portanto, atendimento ao referido dispositivo legal, de modo que o argumento de excesso de execução também fica rejeitado.

Os embargos são improcedentes, como protelatórios, de modo que cumprirá à embargante arcar com o pagamento das despesas processuais e honorários advocatícios, esses arbitrados em 20% do valor da dívida, atualizado, fixação que se faz no máximo em função do reconhecido caráter protelatório.

Isto posto, JULGO IMPROCEDENTE os presentes embargos, em consequência do que CONDENO a embargante ao pagamento das despesas processuais e honorários advocatícios, esses arbitrados em 20% do valor da dívida, atualizado.

P. R. I.

São Carlos, 31 de março de 2015.

VILSON PALARO JÚNIOR

Juiz de direito.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**